

- VI -

PREMIAÇÕES ASSOCIADAS ÀS POLÍTICA DE AVALIAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE ESCOLAS CEARENSES

Carlos Henrique Viana Dias

Universidade Estadual do Ceará
carlosvianadh@gmail.com

Willana Nogueira Medeiros Galvão-

Universidade Estadual do Ceará
willananogueira@hotmail.com

Sofia Lerche Vieira

Universidade Estadual do Ceará
sofialerche@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de resultados preliminares de estudo mais amplo intitulado “Política Educacional, Cidadania Global e Diversidade Territorial: expedição escolas do Brasil”, que tem como objetivo analisar a articulação entre diferentes esferas e etapas da política educacional, focalizando 12 escolas localizadas em diferentes unidades da federação. Investigou-se inicialmente, em função do pré-teste, duas escolas, sendo uma de ensino médio e uma de ensino fundamental localizadas em dois municípios cearenses: Caucaia e Maracanaú.

O presente texto, se propõe, então, a investigar a percepção de diretores e professores dos dois municípios em relação às políticas de premiação associadas às avaliações externas que chegam às escolas. Para tanto, se apoiou em um roteiro de entrevista semi-estruturado onde os dados qualitativos foram analisados à luz da bibliografia da área.

A cultura de avaliação começa a ganhar destaque no Brasil a partir da década de 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nesse

contexto o Ceará foi um dos pioneiros entre os estados brasileiros a desenvolver uma iniciativa própria, com a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE). Em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é criado e passa a associar os dados relacionados ao fluxo escolar e as médias de desempenho em avaliações nacionais (Prova Brasil), com o intuito de possibilitar a comparação entre estados, municípios e escolas.

Tal possibilidade ampliou a utilização desses dados pelas Secretarias de Educação e escolas que começaram a direcionar suas propostas pedagógicas e a estabelecer estratégias para o alcance das metas traçadas.

No Ceará, o SPAECE se configura como a principal avaliação externa aplicada nas escolas públicas, já consolidado, tem repercutido no fazer cotidiano dessas instituições, impulsionando políticas que visam a melhoria da educação. No entanto, também tem desencadeado políticas de responsabilização/premiação, fato que será discutido a seguir.

O SPAECE E SUAS PREMIAÇÕES: ALGUMAS REFLEXÕES

Em 2007, no governo Cid Gomes, entrou em vigor uma lei que alterou a distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (Lei nº 14.023/2007). Com esse novo dispositivo, o imposto dos municípios passou a ser distribuído em função dos resultados obtidos nas áreas de Educação, Saúde e Meio Ambiente. Desse modo, os municípios que alcançam melhores resultados escolares recebem maior repasse de ICMS.

Além do repasse de ICMS aos municípios, as escolas contam ainda com o Prêmio Escola Nota 10 instituído pela Lei 15.923 de 2015, política indutora de melhoria e apoio a escolas com baixos resultados, atrelada aos resultados do SPAECE, através das ações técnico-pedagógicas. Para eleger as escolas são definidos critérios de alcance de resultados, quantidade de alunos participantes das avaliações e ausência de distorção idade-série. As 150 melhores escolas devem apoiar as 150 com mais baixo resultado para melhorar os resultados. O valor repassado equivale a multiplicação do número de alunos por valor *per capita* de mil reais, parcelado em duas vezes. (CALDERÓN *et al*, 2015).

Bonamino e Sousa (2012) afirmam que esse tipo de postura relacionada à premiação colabora para a criação de políticas de responsabilização, que em seu teor contemplam sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismos de remuneração em função de metas estabelecidas.

Sobre a vinculação das premiações aos resultados em avaliações externas, os sujeitos entrevistados explicam que:

É problemático por que o trabalho do professor pode ficar voltado apenas para a premiação. Por exemplo, outras áreas não são tão beneficiadas, como Português e Matemática porque elas serão avaliadas. Tem que ser levado em conta outros aspectos, por que o resultado é coletivo. (Professor_EEM)

Sobre essa questão, Coutinho (2012) afirma que:

O modelo de avaliação em larga escala que foi implementado no sistema educacional brasileiro possui as seguintes características: ênfase nos resultados, ranqueamento das instituições, desarticulação com a autoavaliação da instituição escolar e, quanto ao currículo, uma conformação ou homogeneização do processo pedagógico, escolha das atividades, preparação de material didático e a seleção dos conteúdos que passam a ser vistos como delimitadores do conhecimento oficial, ou seja, o conjunto de informações que os alunos precisam assimilar, pois são passíveis de testagem. O professor condiciona a sua prática pedagógica às avaliações externas (p. 22).

Por outro lado, há professores que consideram a iniciativa positiva “Eu acho excelente. Quem não quer ganhar mais pelo resultado? É uma forma de levantar a escola e sua equipe. Quando ganhamos somos vistos”. (Professor_EEF). Observa-se que a premiação tem sido considerada uma forma não apenas de arrecadar premiações mas também para fazer com que a escola e o município seja “visto” e valorizado. Ser premiado é alcançar um status social considerado positivo, no entanto, nem todos conseguem alcançar as metas estabelecidas e se sentem à margem do processo.

Os alunos com melhores resultados nas avaliações externas recebem ainda notebooks que são direcionados às escolas pela Secretaria de Educação. Sobre essa premiação os sujeitos entrevistados revelam que os atrasos na entrega desestimulam os alunos e, em alguns casos, não chegam até eles:

Eles não gostam porque eles não vêem o retorno, o SPAECE tem aquele prêmio do notebook, mas Ano passado, a escola recebeu os notebooks para entregar para os alunos que foram premiados em 2014. Em 2017 esses alunos já não estavam mais na escola, foram devolvidos 12, a escola recebeu 60, porque não foram mais localizados os alunos. (Gestor_EEM)

Destaca-se o gasto público com premiações que, em alguns casos não chegam até os alunos e às escolas. Vidal e Vieira (2011) explicam que as iniciativas de premiação adotadas por grande número de Estados e Municípios, têm gerado padrões de conduta que se distanciam do princípio da gestão democrática, impondo uma cultura de gestão por resultados.

CONCLUSÃO

As avaliações externas chegam às escolas independentemente de sua vontade. A comunidade escolar passa a ser responsabilizada por seus resultados, impulsionando a criação de ações e posturas com foco nos resultados imediatos. Com as avaliações e a busca de resultados, premiações passam a ser vinculadas às médias alcançadas pelas escolas e as instituições percebem nessa estratégia uma forma de valorização e alcance de status social. As escolas passam a ser vistas socialmente, o que acaba por destacar uma parcela pequena em detrimento do todo que permanece à margem e com dificuldades a serem enfrentadas.

A busca por resultados impulsiona o desenvolvimento de estratégias, no interior das escolas, que acaba por focar mais em determinadas disciplinas, em alguns casos, comprometendo o trabalho com as demais. Importante destacar ainda que as premiações podem atrasar e não chegar ao destino esperado. Assim, se faz necessário ampliar a discussão com o intuito de refletir sobre a forma como as avaliações tem chegado às escolas e como as premiações têm impactado na dinâmica das instituições.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, I.; RAQUEL, B.; CABRAL, S.; O prêmio escola nota 10: meritocracia é cooperação para a melhoria do desempenho escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ**, v.23, n.87, p.517-540, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362015000200517&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso: 24 jan. 2019.

CEARÁ. **LEI Nº 14.023, DE 17.12.07 (D.O. DE 19.12.07)** Modifica dispositivos da Lei nº. 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências.

COUTINHO, M. S. Avaliação externa e currículo: possíveis impactos e implicações no processo de ensino aprendizagem. **Anais do XVI ENDIPE**. UNICAMP: Campinas, 2012. Disponível em: < <http://www2.unimep.br/endipec/2973c.pdf>:. Acesso em: 24 jan. 2019.

VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L.. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em 10 municípios cearenses. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, set./dez. 2011. Disponível em:< <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1658/1658.pdf>>. Acesso: 23 jan. 2019.